

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 062

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE JUNHO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Fax:

DATA: 07.06.99.

Senhor Presidente.

Agradeço, muito sensibilizado, a iniciativa dessa Assembléia Legislativa de me conceder o honroso Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, cujo alto significado muito bem compreendo.

Por seu intermédio, peço-lhe estender este agradecimento a todos os ilustres membros desta Casa Legislativa que, em nome do povo paranaense, deram sua aprovação à concessão do referido título e ao Governador Jaime Lerner que sancionou a Lei nº 12.558.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente do Senado Federal

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 283/99, de minha autoria que tem por objetivo acrescentar parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 8.946/89, alterado pela Lei nº 11.715/97.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Vereador Ilgo Luiz Peruzzo, falecido no último dia 03 de junho no Município de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a família da Senhora Maria da Silva Domingos, residente no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de pesar à família Mattos Leão, pelo falecimento do ex-Deputado Federal, Sr. Dr. Aragão de Mattos Leão Filho, ocorrido no dia 06 de junho de 1999, nesta Capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Aragão de Mattos Leão Filho, nascido em 04.07.46, na Cidade de Guarapuava, filho de Aragão de Mattos Leão e Nabia de Mattos Leão, irmão do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, formou-se em medicina, na Universidade Federal do Paraná. Dono do Hospital Nossa Senhora do Belém, em Guarapuava, foi Deputado Federal pelo PMDB por duas gestões de 1982 a 1990. Pai de Gisele de Mattos Leão Filha e Aragão de Mattos Leão Neto.

REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de pêsames à família de Jaime Wright, falecido no dia 29 de maio último.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que registramos a morte do Pastor Reverendo Jaime Wright, ocorrido em Vitória/ES, no sábado 29/5. Um dos fundadores da Fundação Dois de Julho (mantenedora do Colégio 2 de Julho), Jaime Wright era membro da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e sempre mereceu a nossa admiração e profundo respeito por sua inestimável liderança no movimento ecumênico brasileiro.

Pelo que representou e continuará representando na defesa e promoção dos direitos humanos, da democracia, da justiça e da educação, na busca, enfim, da implantação do Reino de Deus neste país, registramos as nossas homenagens, com votos de pesares à família, a viúva Sra. Alma Wright, e os seus filhos e netos, parentes e amigos, conclamamos a todos a darem continuidade à sua obra.

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, em nome da Bancada do PFL, votos de pesar à família do Deputado Fernando Ribas Carli pelo falecimento de seu pai Ivo Carli, ocorrido no último dia 04/06/99.

O Sr. Ivo Carli, faleceu aos 85 anos de idade e foi sepultado na cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Jornal Folha da Imprensa, pela passagem do seu 9º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Jornalista Alcy Ramalho Filho, Diretor-Presidente.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história dos homens do Paraná sempre foram feitas com heroísmo, com amor e com tradição.

O jornalista Alcy Ramalho Filho, iniciou modestamente em 25 de junho de 1991, conquistando com perseverança ao longo desses 9 anos de trabalho ininterrupto, com dedicação, arte, inteligência e sobretudo com coragem e credibilidade demonstrando que a vida associada ao trabalho é realmente infinitamente bela.

Certo poeta dizia: "O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos".

"Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida".

"Passaram-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, especialmente pelo bem da comunidade.

O Jornal a Folha da Imprensa transmite a verdade e a paz, semeando sempre esperança com a

expressão da vontade majoritária de seus leitores, entre os quais nos incluímos, e, posição amadurecida com o papel de informar e formar a opinião pública, que abraça por vocação e sobretudo com amor.

É portanto, motivo de júbilo a comemoração do 9º aniversário do Jornal Folha da Imprensa. A esse contentamento associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado.

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornalista Pedro Washington de Almeida pelo lançamento de seu livro "Paraná Político de Cabo a Rabo", em data de hoje nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Pedro Washington de Almeida, jornalista lança hoje, nesta Casa de Leis, o Livro "Paraná Político de Cabo a Rabo". Quarto livro de sua carreira, mas diferente dos outros três anteriores, este é um registro de fatos políticos importantes e não se limita a dados estatísticos eleitorais do Paraná. No livro está a descrição de muitos fatos pitorescos, engraçados ou não, reveladores, estratégicos, surpreendentes, mas todos reais, com seus personagens verdadeiros. Ali vemos desfilar os fatos que muitas vezes vivemos ou apenas vimos passar, ao embalo da história política do nosso Estado.

O autor, presente na política do Paraná desde 1960, acompanhou de perto muitos desses fatos. Já outros, são frutos de pesquisas e depoimentos. O livro focaliza os bastidores tão importantes da nossa política paranaense, de governos e eleições, de decisões e coligações, muitas já num passado distante, mas cujo eco até hoje reverbera no desenrolar do dia dos fatos políticos.

Ao ler a Obra, vejo o nome de muitos companheiros, suas trajetórias descritas com a precisão genial de quem muito viveu, muito de perto viu e muitos amigos fez para contarem suas histórias.

Deparo-me à página 80 com o registro da história Campanha dos Doze Dias, quando candeitei-me à Prefeitura, na condição de vice-Prefeito do agora Governador Jaime Lerner. Da renúncia a candidato a Prefeito pelo PDT à vitória como vice-Prefeito na eleição de 1988 tudo ali, e passei por aquelas páginas revivendo um passado não tão distante, alicerce deste futuro que hoje vivemos e do qual me orgulho de ter ajudado a construir.

Pedro Washington honrou-me com minha presença em sua obra, como honrou a todos ali cita-

dos. Para aqueles que, como eu, fazem política sua única forma de viver, seu único motivo de existir, esta obra tem a conotação de raridade histórica, pois conseguiu reunir fatos, datas e nomes, transformando-a em mais que uma obra literária, um verdadeiro documento.

Pelo lançamento desta importante obra, fruto de seu amor ao nosso Estado e a sua história política, receba Pedro Washington de Almeida, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de congratulações ao Sr. Tércio Alves Albuquerque pela sua posse na Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.

A solenidade em referência dar-se-á na sede daquele órgão, nesta quarta-feira, dia 09/06/99, as 10:00 horas, na Rua Francisco Torres, 206, Edifício Torres, Centro.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações ao Sr. Luiz Antonio Franzoni, diretor-Proprietário do "Franzoni Supermercado", pela instalação de mais uma loja na cidade de Cascavel, demonstrando grande coragem empreendedora, numa época em que a economia apresenta muita instabilidade.

Requer ainda, que da decisão da mesa, seja cientificado o respectivo homenageado, na Av. Brasil, 7210, CEP 85810-000, "Franzoni Supermercado" na Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pela campanha para a escolha do símbolo de Curitiba - Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná foi a vencedora da Campanha para eleger o símbolo mais popular entre os curitibanos. Em parceria com o Banco Itaú, a Prefeitura Municipal, a “Gazeta do Povo” e a Rede Paranaense de Televisão, a Campanha “Eleja Curitiba - a Cidade dos Seus Sonhos” que durou 48 dias e mais de um milhão de votos foram computados para definir qual o ponto que melhor representa a cidade. À UFPR couberam 258.130 votos (25,74% do total) e o Jardim Botânico foi o segundo colocado com 242.961 votos (24,23%).

O Banco Itaú abriu também um *site* na Internet, onde a diferença foi mais significativa e na avaliação daquela Instituição Financeira a campanha superou as marcas alcançadas por outras cidades que também tiveram a campanha, o que demonstra o sentimento de estima que o curitibano tem por sua cidade.

A campanha que movimentou a população da Capital trouxe à tona a importância da UFPR em todos os aspectos, pois a instituição não só é um referencial arquitetônico, mas também representa memória - é um patrimônio social e cultural paranaense, pois já formou cerca de 200 mil estudantes em seus vários cursos e é a primeira do Brasil, tendo colocado Curitiba como conhecida nacionalmente como “Capital Universitária”.

Pela importante participação na Campanha “Eleja Curitiba - A Cidade dos Seus Sonhos”, tendo dado ampla divulgação à mesma, receba o Jornal “Gazeta do Povo”, na pessoa de seu Diretor, Francisco Cunha Pereira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Paranaense - Canal 12, pela campanha para a escolha do símbolo de Curitiba - Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná foi a vencedora da Campanha para eleger o símbolo mais popular entre os curitibanos. Em parceria com o Banco Itaú, a Prefeitura Municipal, a “Gazeta do Povo” e a Rede Paranaense de Televisão, a Campanha “Eleja Curitiba - a Cidade dos Seus Sonhos” que durou 48 dias e mais de um milhão de votos foram computados para definir qual o ponto que melhor representa a cidade. À UFPR couberam 258.130 votos (25,74% do total) e o Jardim Botânico foi o segundo colocado com 242.961 votos (24,23%).

O Banco Itaú abriu também um *site* na Internet, onde a diferença foi mais significativa e na avaliação daquela Instituição Financeira a campanha superou as marcas alcançadas por outras cidades que também tiveram a campanha, o que demonstra o sentimento de estima que o curitibano tem por sua cidade.

A campanha que movimentou a população da Capital trouxe à tona a importância da UFPR em todos os aspectos, pois a instituição não só é um referencial arquitetônico, mas também representa memória - é um patrimônio social e cultural paranaense, pois já formou cerca de 200 mil estudantes em seus vários cursos e é a primeira do Brasil, tendo colocado Curitiba como conhecida nacionalmente como “Capital Universitária”.

Pela importante participação na Campanha “Eleja Curitiba - A Cidade dos Seus Sonhos”, tendo dado ampla divulgação à mesma, receba a Rede Paranaense - Canal 12, na pessoa de seu Diretor Francisco Cunha Pereira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Banco Itaú, pela campanha para a escolha do símbolo de Curitiba - Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná foi a vencedora da Campanha para eleger o símbolo mais popular entre os curitibanos. Em parceria com o Banco Itaú, a Prefeitura Municipal, a “Gazeta do Povo” e a Rede Paranaense de Televisão, a Campanha “Eleja Curitiba - a Cidade dos Seus Sonhos” que durou 48 dias e mais de um milhão de votos foram computados para definir qual o ponto que melhor representa a cidade. À UFPR couberam 258.130 votos (25,74% do total) e o Jardim Botânico foi o segundo colocado com 242.961 votos (24,23%).

O Banco Itaú abriu também um *site* na Internet, onde a diferença foi mais significativa e na avaliação daquela Instituição Financeira a campanha superou as marcas alcançadas por outras cidades que também tiveram a campanha, o que demonstra o sentimento de estima que o curitibano tem por sua cidade.

A campanha que movimentou a população da Capital trouxe à tona a importância da UFPR em todos os aspectos, pois a instituição não só é um referencial arquitetônico, mas também representa memória - é um patrimônio social e cultural para-

naense, pois já formou cerca de 200 mil estudantes em seus vários cursos e é a primeira do Brasil, tendo colocado Curitiba como conhecida nacionalmente como "Capital Universitária".

Pela importante iniciativa da Campanha "Eleja Curitiba - A Cidade dos Seus Sonhos", receba o Banco Itaú, na pessoa de seu Diretor Comercial para a Região Sul, Sr. Luiz Antonio Ribeiro, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Universidade Federal do Paraná, por ter sido escolhida como símbolo de Curitiba, Campanha "Eleja Curitiba - A Cidade dos Seus Sonhos".

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná foi a vencedora da Campanha para eleger o símbolo mais popular entre os curitibanos. Em parceria com o Banco Itaú, a Prefeitura Municipal, a "Gazeta do Povo" e a Rede Paranaense de Televisão, a Campanha "Eleja Curitiba - a Cidade dos Seus Sonhos" que durou 48 dias e mais de um milhão de votos foram computados para definir qual o ponto que melhor representa a cidade. À UFPR couberam 258.130 votos (25,74% do total) e o Jardim Botânico foi o segundo colocado com 242.961 votos (24,23%).

O Banco Itaú abriu também um *site* na Internet, onde a diferença foi mais significativa e na avaliação daquela Instituição Financeira a campanha superou as marcas alcançadas por outras cidades que também tiveram a campanha, o que demonstra o sentimento de estima que o curitibano tem por sua cidade.

A campanha que movimentou a população da Capital trouxe à tona a importância da UFPR em todos os aspectos, pois a instituição não só é um referencial arquitetônico, mas também representa memória - é um patrimônio social e cultural paranaense, pois já formou cerca de 200 mil estudantes em seus vários cursos e é a primeira do Brasil, tendo colocado Curitiba como conhecida nacionalmente como "Capital Universitária".

Por ter sido escolhida como símbolo da nossa Capital, através da Campanha "Eleja Curitiba - A Cidade dos Seus Sonhos", receba a Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu Reitor, Professor Carlos Antunes dos Santos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados Ofícios aos Deputados Federais do Paraná; ao Ministro da Agricultura; ao Ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; ao Ministro do Esporte e Turismo; e ao Chefe da Casa Civil, solicitando agilização na aprovação do Projeto de Conversão da Medida Provisória 1736-35 em Lei e aprovação do parecer do Relator, Deputado Moacir Micheletto que "Dá nova redação aos Artigos 2º, 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771 de 15.09.65".

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor Geral do DER, Paulinho Dalmaz, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes na curva existente na PR 082, entre o Município de Rondon e o Município de Cidade Gaúcha, defronte a Usina de álcool de Cidade Gaúcha.

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que têm ocorrido vários acidentes todas as semanas, no citado trecho.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário da Casa, o encaminhamento de pedido de informações à Secretária de Estado de Educação, Senhora Alcyone Saliba, a respeito de:

1. Como está o andamento do processo para a reforma do Colégio Estadual Eron Domingues, na Cidade Marechal Cândido Rondon, através do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio - PROEM; e

2. Qual é a situação concernente a liberação dos recursos destinados à APM do supracitado educandário, para pagamento dos equipamentos do módulo de informática adquiridos na Feira de Fxinal do Céu, em setembro do ano passado?

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUEREM, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, do Editorial do Jornal "Gazeta do Povo" do dia de hoje, 08 de junho de 1999, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(aa) NEREU MOURA
ADEMIR BIER

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica alterado o Art. 169 da Resolução nº 159/90, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 169 - Far-se-á votação por escrutínio secreto quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemerita."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa o não constrangimento dos Senhores Deputados nas votações dos casos agora incluídos na redação do Art. 169, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por outro lado, esse projeto vem em obediência a inviolabilidade da liberdade de consciência, já que a manifestação pública do voto, nesses casos, pode levar o Parlamentar a ser alvo de algum tipo de constrangimento junto ao eleitorado paranaense e com figuras públicas, nos casos de concessão de título de cidadania.

Assim sendo, através da aprovação deste projeto de resolução, se dará apoio efetivo aos Senhores Deputados que querem nortear as suas atividades parlamentares com honorabilidade e justiça, dignificando o Estado Democrático e de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ler hoje a Gazeta Mercantil, Sr. Presidente, li a defesa do ex-Presidente do Banco do Estado do Paraná, Sr. Neco Garcia Cid, a respeito do empréstimo que ele fez ao Senhor, parece-me que de Bauru, no Estado de São Paulo, o Sr. Daré, que não conheço, também do patrocínio que ele deu ao filho do senhor Daré para correr na Fórmula Indy.

Dizia ele na matéria que realmente o BANESTADO estava patrocinando o filho deste senhor, porque este senhor tinha uma aplicação vulgosa, monstruosa no Banco do Estado do Paraná. E mais adiante ele antes desses acontecidos, muitos dos senhores Deputados, Deputados Moisés, Deputado Algaci não estava aqui era vice-Prefeito, Deputado Strapasson, Deputado Valdir. O Senhor Neco Garcia foi à imprensa e disse que quem tinha quebrado o BANESTADO eram os Deputados Estaduais do Paraná e alguns Deputados Federais, mas ele não declinou nome porque se ele o fizesse ele poderia ser processado e até mesmo preso por quebra de sigilo bancário. Então o Sr. Neco plantou naquela época um verdadeiro "terrorismo" contra esse Parlamento, chegando o Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury a tomar medidas drásticas numa guerra contra o Presidente do BANESTADO. "Deputado Anibal". Deputado Augustinho Zucchi se lembra disso. Deputado Anibal em defesa do Deputado Orlando Pessuti, em defesa do Deputado Vanhoni, e do Deputado Durval Amaral, Deputado Pessuti fez um empréstimo que qualquer um pode fazer, eu posso fazer, qualquer papagaio pagar, então foi uma coisa de louco!

E agora, hoje apareço na matéria do Sr. Neco Garcia, ele diz que naquela época em que o Banco estava para ser liquidado pelo Banco Central, que muitos clientes queriam tirar o dinheiro do Banco, que inclusive o Deputado Alborghetti queria tirar a poupança do BANESTADO. Mas é claro Deputado Valdir! Se o Banco vai quebrar. Trabalhei a vida inteira numa televisão, comecei com 15 anos de idade trabalhando como operador de som, 15 anos de rádio, 15 anos de televisão, mais de 20 anos de televisão, tudo aquilo que ganhei com a minha firma de propaganda sempre aplicando no BANESTADO, entrei em parafuso, qualquer um entra em parafuso. Fala: será que vou perder, será que o Banco Central vai pegar o meu dinheiro que demorei tantos anos para aplicar? Um dia fui à casa do Deputado Anibal Khury e ele tem a mania de plantar terror na minha cabeça. Ele é especialista em me aterrorizar: "Olha, a coisa está feia, o negócio está feio...!" Dizem que os Deputados quebraram o

Banco. Ele barbarizou esta Casa. Tinham outros dois terroristas lá em cima, amigos nossos. O Deputado Anibal, depois me chamou e disse que deveria deixar meu dinheiro aplicado lá mesmo, porque não iria acontecer nada com o Banco. Então continuei com o dinheirinho aplicado no BANESTADO e estou até hoje com a minha poupança. O Senhor Neco disse que o Alborghetti, verdadeiro defensor do BANESTADO, mas defendendo e sempre vou defender o BANESTADO, porque nunca pedi favor a ninguém, nunca fui ao BANESTADO pedir um empréstimo na minha vida. Nunca pedi absolutamente nada. Todas as gerentes sabem da minha vida. A única coisa, é que quando recebo duplicata ou cheque, coloco em carteira no BANESTADO. Ele faz a cobrança. Estou pagando juros ao BANESTADO.

Fui citado com orgulho, pelo Sr. Neco Garcia, um empréstimo que ele fez ao Sr. Daré, porque nunca ouvi falar nada dele na Fórmula Indy e o BANESTADO patrocinou um corredor com projeção nota zero. O BANESTADO patrocinou um corredor nota zero. O homem não ganha uma corrida, o carro dele quebra todo o dia e não vi retorno ao BANESTADO. Retorno ao BANESTADO dá a imprensa do Paraná, dá quando uma jornalista fala bem do BANESTADO, quando um apresentador de televisão defende o BANESTADO, quando o Algaci defende, quando o Waldir sobe à tribuna para defender, quando qualquer apresentador defende o BANESTADO. Isso sim dá credibilidade ao BANESTADO. Agora, patrocinar um carro correndo numa pista e a maioria dos poupadores brasileiros não sabem o que quer dizer Fórmula Indy, Fórmula Mundial, como é que vai dar retorno ao BANESTADO uma palavra escrita: "BANESTADO"? Só por causa do carro de Fórmula Indy, vai aplicar no BANESTADO? BANESTADO, não. Para você aplicar, você tem que ver uma propaganda bem feita, bem elaborada, como o lançamento da Poupança BANESTADO, uma poupança em que a pessoa ganha prêmios. Isso incentiva a família de classe média ou pobre que queira economizar. Temos que defender o nosso patrimônio, que é o Banco do Estado do Paraná. Agora, o Sr. Neco plantou um terrorismo nesta Casa, só porque o meu amigo, Deputado Ângelo Vanhoni, e falei no meu programa, só porque o Vanhoni estava devendo o seu chequinho especial, o Neco falou até do Vanhoni, falou de todo mundo. Agora, ele não fala do empréstimo que fez ao Senhor Daré e hoje, Vanhoni, ele diz que, com medo de que o Banco iria fechar, iria retirar a minha poupança correndo. ora, se ele pregou um terrorismo nesta Casa, dizendo que nós tínhamos "quebrado" o BANESTADO, que Deputados Federais do Paraná tinham quebrado o BANESTADO, Vanhoni: "Não vou tirar o bocad-

inho que eu tenho lá na minha poupança?" Ia correndo tirar. Aí conversei com o Deputado Anibal, com alguns diretores do BANESTADO e eles disseram: "O BANESTADO está tranqüilo, está sossegado".

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Só para ilustrar Deputado Alborghetti teve uma ocasião aonde o Presidente Neco Garcia, ele foi muito infeliz na administração do Banco do Estado, não somente nesse caso do Airton Daré, mas tem três declarações durante a gestão do Neco Garcia, numa delas ele afirmou de que o banco seria liquidado extrajudicialmente, falou para a imprensa isso, se a Assembléia não votasse alguma coisa, que estava acontecendo alguma coisa. No entanto, naquele mesmo dia, no dia seguinte, não vou dizer o nome da agência, mas é fácil comprovar isso, no dia seguinte tinha uma agência, no dia seguinte a COAMO de Campo Mourão foram na agência do Banco do Estado e tiraram seis milhões de reais, transferiram para o banco ao lado, o ITAÚ. E disseram para o gerente o seguinte: "Escuta, não posso fazer nada, trabalho com o dinheiro dos cooperativados". A declaração do Neco Garcia, do Presidente do Banco do Estado foi assim uma bomba atômica para nós. Então, para salvaguardar o nosso patrimônio, o Banco do Estado se passar por essa turbulência nós podemos até voltar a investir no Banco do Estado. Então, naquele dia seis milhões sacados por causa da declaração do Neco. Então, acho que foi uma escolha infeliz por parte do Governo do Estado, o Neco Garcia, não conheço da sua vida, mas acho que ele entende muito da compra de gado, das suas fazendas; mas como administrador do Banco do Estado foi junto com o Domingos Ramalho os dois piores Presidentes que o Banco do Estado já teve nos últimos anos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Muito obrigado. Não estou aqui criticando a vida pessoal do Presidente, ele é meu amigo, imaginou se fosse meu inimigo. Então, nós temos uma amizade. Mas quero dizer que se ele aquele dia não tivesse plantado essa notícia terrorista no jornal, tanto é que o Deputado Ricardo Chab está processando o Sr. Neco Garcia e ele vai ter que pagar uma indenização milionária ao Sr. Ricardo Chab, porque ele disse que os Deputados tinham quebrado o Banco do Estado do Paraná, e o Senhor Ricardo Chab nunca tinha feito um papagaio no Banco do Estado do Paraná. E como ele deu uma notícia que o Banco iria ser liquidado corri e falei: "Eu tenho a minha poupança lá". Fui na Casa do Deputado Anibal e ele falou: "Pode deixar tua poupança lá que

não vai acontecer nada". E o Banco do Estado continua sendo o melhor Banco Estadual do Brasil. Me orgulho de falar do BANESTADO, o BANESTADO é um Banco sério; agora, quando uma pessoa chega e diz, olha: "Está na imprensa, o Banco do Estado vai ser interditado pelo Banco Central". Qual é a primeira solução Deputado Antonio Carlos? Você tem que correr e pegar o dinheiro e passar para outro Banco. Naquela época que aconteceu com o HSBC, pergunta para o Deputado Anibal quanto ele perdeu só em ações no HSBC, no Banco BAM-ERINDUS. Quer dizer, as pessoas quando assumem o banco tem que ter credibilidade ao falar. Então acredito no BANESTADO, defendo o BANESTADO porque é o melhor banco do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, no Horário do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, neste momento, manifestar o meu pleito de gratidão e solidariedade a tudo que manifestou, da tribuna, o Deputado Alborghetti.

O Deputado Alborghetti, em função das muitas e muitas vezes que conversamos conhece toda a história que envolveu o nosso nome no que diz respeito ao Banco do Estado do Paraná.

Num determinado momento, por recomendação da própria diretoria, para socorrer um amigo nosso, de Ivaiporã, tivemos que aceitar que em nosso nome se fizesse 1/3 das operações devidas por aquela pessoa. E posteriormente, em função de novas operações que se fez, a que estava em nosso nome foi quitada. Em que pese ter sido quitada esta dívida que estava no nosso nome e que não era da nossa responsabilidade, em muitas oportunidades alguns dirigentes do Banco do Estado do Paraná, em alguns momentos o próprio Presidente do Banco, há época, Neco Garcia, insinuava, fazia menções, usando de subterfúgios, para tentar colocar em nossa responsabilidade uma dívida que nunca foi nossa e que não mais existia, em função de ter ela sido quitada, ainda no ano de 1994.

Faço, portanto, este agradecimento ao Deputado Alborghetti, como faço também ao Deputado Durval Amaral, que, em considerações a este respeito fez questão de lá registrar que o Deputado Pessuti quitou a sua dívida perante o Banco do Estado, coisa que também fez o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédis. Portanto agradeço a todos que, neste sentido, têm se manifestado e

lamento que o Presidente do Banco, Neco Garcia, em momentos de pouca lucidez e de nenhuma tranquilidade ou equilíbrio, tenha tentado envolver o nosso nome nestas questões.

Mas, Sr. Presidente, agora na tribuna, a partir de agora, na condição de Líder do PMDB para manifestar a nossa preocupação com uma notícia que vi, estampada nos jornais, em especial no jornal Gazeta do Povo, dando conta que o Governo do Estado do Paraná busca junto ao Governo Federal a liberação, a antecipação do pagamento dos royalties, devidos ao Estado do Paraná, em função da construção da Usina de Itaipu, a antecipação dos royalties dos próximos 23 anos, para garantir um empréstimo que o Estado está buscando junto ao banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso nos causa, realmente, uma preocupação terrível, terrível porque, mais uma vez fica constatada a falta de um gerenciamento mais equilibrado das finanças do Estado do Paraná.

É lamentável que nós tenhamos que ler, nos jornais, que o Governo do Estado do Paraná está disposto a gastar hoje, 1999, o dinheiro que teria para receber no ano 2022!

É triste nós constatarmos que o Paraná através de todos os governantes que antecederam a este que está no Palácio Iguazu, zelaram e cuidaram das finanças do nosso Estado, tendo o Paraná recebido moções e elogios, não só da Classe Política, mas também de conceituado jornalista, como é o caso do Joelmir Betting, quando o então Governador Álvaro Dias encerrava o seu período de Governo.

Nós, mesmo dessa tribuna já dissemos em mais de uma oportunidade, que quando o companheiro Mário Pereira encerrava um período de 141 anos de Governo no Estado do Paraná, iniciado em 1853 por Zacarias de Goes de Vasconcelos, o Paraná devia naquela oportunidade 1 bilhão 395 milhões.

Passados os 4 anos do 1º mandato do Governador Jaime Lerner, nós vamos encontrar um Paraná beirando a casa dos 10 bilhões de dívidas. Vamos encontrar um Estado do Paraná antecipando o ICMS que tem para receber da COPEL. Alguns dizem que antecipou até o mês de dezembro. Outros afirmam que já antecipou até o mês de abril do ano 2000. Outros dizem que já fez o mesmo com TELEPAR, com a Brahma, com a Philips Morris. Daqui a pouco, Senhor Presidente, não teremos mais nenhuma receita futura para se buscar e estaremos, como já estamos, consumindo todo o nosso patrimônio, que foi ao longo desses 141 anos de existência do Estado do Paraná, consolidado pelos nossos Governantes, pela nossa Sociedade Paranaense.

É muito preocupante para todos nós, Deputados Estaduais, a Classe Política de um modo geral,

Prefeito e Vereadores que hoje amargam os seus municípios, a triste notícia da não liberação de convênios.

Mais uma vez a Gazeta do Povo e outros jornais retrataram na segunda-feira, no dia de hoje em editorial desse conceituado jornal, a situação de dificuldade em que se encontra o Estado do Paraná. Quer dizer, a preocupação é muito grande, porque a partir do momento em que nós estamos assistindo o nosso Governo buscar empréstimos, dar como garantia a Receita que teria a título de royalties no ano 2002, isso assombra todos nós como uma situação muito delicada e que carecia sim de uma explicação mais profunda. E nesse sentido, vamos conversar com os nossos companheiros para consultá-los na seqüência. Não é momento e oportunidade de trazermos aqui S.Exa. o Secretário de Estado da Fazenda, para nos dar conta da efetiva arrecadação que o Estado está tendo, do efetivo dispêndio que o Estado esteja tendo com essa ou com aquela despesa, compromisso com a folha dos servidores públicos ativos e inativos. É necessário que nós tenhamos de parte um documento, o esclarecimento para que possamos ter a convicção formalizada, de porque precisa o Paraná buscar esse empréstimo, essa antecipação do pagamento dos royalties que a nós é devido nos próximos 23 anos.

O Sr. Durval Amaral

Nobre Deputado Orlando Pessuti, atentamente discuto seu pronunciamento que demonstra a preocupação do Parlamentar, de todo esse Parlamento com a sanção financeira do Estado do Paraná.

Aliás, essa dificuldade porque passa o Paraná não é privilégio somente do nosso Estado.

O modelo estatal que se coloca para nós brasileiros infelizmente está falido. À maioria dos municípios brasileiros está realmente em situação difícil. E nós temos aí uma Constituição de 1988 que transferiu inúmeros encargos para os municípios, para os Estados, esvaziou as receitas públicas e faz com que a maioria dos Estados Brasileiros e também os municípios tenham dificuldades. Vários planos econômicos derivações que atingem diretamente a nossa economia. Com relação a questão específica que V.Exa. indaga da securitização dos royalties de Itaipu que foi amplamente vinculado pelos nossos jornais, nós não podemos nos esquecer de um passado muito recente. Porque desde o tempo do Governo Richa, do Álvaro Dias, Governo Requião, existe uma preocupação latente com a folha de inativos do nosso Estado, com crescimento da folha de inativos que são aqueles funcionários aposentados do nosso Estado, a propósito disso o Governador Requião na época criou um Fundo de Previdência para que pudéssemos salvaguardar os

interesses dos aposentados do nosso Estado, criando realmente condições para que todos eles tivessem uma aposentadoria justa e digna ao final de toda uma carreira. Pois bem! Passado alguns meses, muito mais em função da falta de diálogo do Governante na época com os sindicatos, achou por bem o Governador extinguir o Fundo. Uma medida temperamental, diria até, mais que ocasionou inúmeros problemas para o Estado. O Governador Jaime Lerner ao final do ano passado, criou um Fundo de Previdência, para tentar assegurar a aposentadoria de todos os trabalhadores. Esse Fundo de Previdência precisa ser capitalizado. Hoje são mais de quarenta por cento da folha de pagamento do Estado, destinado aos aposentados, aproximadamente 90 milhões de reais/mês. o Estado não suporta um ônus como esse na sua folha de pagamento para com os inativos. Então torna-se necessário, ao meu ver, uma saída beirando a genialidade, buscar os royalties que realmente é um ressarcimento que se faz as nossas terras, que formam inundadas através da usina Binacional Itaipu, buscar a antecipação desses royalties junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, prover o Fundo de Recursos para que ele possa se auto-sustentar, e a partir daí, o Estado sanear as suas próprias contas com as suas próprias receitas. Acredito que há uma saída para esse momento de crise, até que o Estado possa ter outras alternativas financeiras de sanear essas contas públicas.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero agradecer o aparte que me oferece o Deputado Durval Amaral, mas devo dizer que esta Casa, em momento oportuno, entendido pelo Governo e pela maioria optou por colocar à disposição desse Fundo de Previdência o ParanaPrevidência e em especial do Fundo Financeiro criado dentro do ParanáPrevidência, os recursos advindos da venda das ações da COPEL.

Esta foi a decisão de que 70% do recurso auferido com a venda das ações da COPEL, destinar-se-ia a capitalização do Fundo Financeiro para que pudesse evidentemente ser esse Fundo capitalizado garantir a implementação do Fundo. mais uma razão para que tenhamos a presença do Secretário de Finanças a esclarecer a nós tudo isso. Porque até o presente momento, não foi dado a conhecer desta Casa ou mesmo dado a conhecer através das publicações oficiais do Governo o montante de ações que se vendeu da COPEL e o montante de dinheiro que se apropriou ao Fundo de Previdência ao PARANAPREVIDÊNCIA, fruto da venda das ações da COPEL.

Então naquele momento se justificava a venda das ações da COPEL, para capitalizar o Fundo de Pre-

vidência, o Fundo Financeiro dentro do PARANAPREVIDÊNCIA. Agora vem o discurso de que precisa buscar 23 anos de royalties para capitalizar o mesmo Fundo. Então ninguém sabe o que é que está acontecendo nesse Estado, e isso está beirando uma bagunça generalizada, sem que esse Poder tenha conhecimento dos fatos que nortearam o Governo a tomar essa decisão.

O Sr. Durval Amaral

É esclarecedor esse debate sobre a situação financeira do Estado.

Só para que não possamos elaborar com equívoco um raciocínio. Quando autorizamos a privatização da COPEL no final do ano passado, obrigando que 70% dos valores auferidos na venda da COPEL fossem colocados no fundo de previdência.

Justamente criamos a condição para a privatização da COPEL e para viabilizar o fundo. As demais ações que foram vendidas que não transferiram o patrimônio público, que é o patrimônio da COPEL para a iniciativa privada, essas não têm vinculação com o fundo de Previdência. e as demais informações, Deputado Orlando Pessuti, sobre as alienações das ações da COPEL, quantas ações foram alienadas, se encontram em poder do presidente Anibal Khury e o ofício encaminhado pelo Governador Jaime Lerner ao Presidente desta Casa.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço mais uma vez Vossa Excelência.

Mas insisto na presença do Secretário da Fazenda para que possa esclarecer a situação financeira do Estado, os compromissos que o Estado tem pela frente e o que está sendo feito com a venda das ações da COPEL.

Porque nós pessoalmente não estamos de acordo e não entendemos como justo gastar aquilo que vai se receber daqui a vinte e três anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem feito um trabalho bastante grande que nem sempre aparece, nem sempre é mostrado além das quatro paredes desta Casa.

Mas é bom esclarecer que, somente no dia de hoje, por exemplo, tivemos aqui 4 comissões internas reunidas, desde às nove horas da manhã de hoje.

A Comissão de Cultura, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a C.C.J. que analisaram que debateram e questionaram muitos projetos que se tornam na sequência leis, aprovadas por esse Plenário.

Uma outra Comissão formada pelo PT e pelo PMDB, participou o Deputado Waldyr Pugliesi, Nereu Moura.

Discutiram também a questão da política de recursos hídricos, que o Estado do Paraná e que essa Assembléia também analisou e já teve pareceres favoráveis de várias comissões, da C.C.J., da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. que já foi votada nessa Casa em 1.^a discussão e Aprovada.

Que deveria retornar para a 2.^a discussão. Mas, num entendimento da Presidência da Assembléia, dos Presidentes das Comissões, da importância desse projeto, da polêmica que ele provoca, até para o entendimento àquele que está lá distante.

Mais aquele que não recebe a informação correta. Entendeu a Assembléia de prorrogar por mais alguns dias essa discussão que é de uma importância extraordinária. Até porque, hoje na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente tivemos a presença de técnicos da Secretaria de Planejamento. E, acertamos e esta é a razão que nos traz também à tribuna hoje, de comunicar os Senhores Deputados, mesmo aqueles não integrantes da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, mas a todos, porque todos aqui se preocupam com essa nova política de recursos hídricos. Que lá na frente, causa para o Pequeno Agricultor a preocupação de que vem mais um imposto, mais uma taxa.

Decidimos, evidentemente com o conhecimento da Liderança Deputado Valdir Rossoni, que na terça-feira, às 10:00 horas técnicos da Secretaria de Planejamento, do Meio Ambiente, do IAP estarão aqui no plenarinho da Assembléia num debate com os Parlamentares para que façam demonstração técnica no projeto e para que nós possamos tirar dúvidas com relação a este projeto que é um dos mais importantes que a Assembléia discute neste primeiro semestre.

Era esta a solicitação do Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que é o Deputado Kielse, para comunicar que teremos essa discussão com técnicos.

Estou no Horário da Liderança do PTB.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Vossa Excelência está de parabéns pela preocupação que demonstrou com relação ao trâmite deste importante projeto que trata dos recursos hídricos do Paraná.

Deveras, é um projeto de grande alcance na sociedade e é por isso que a discussão dele se faz absolutamente necessária.

Deputado Algaci, na nossa avaliação, a discussão desse projeto está elitizada, porque a população com quem ele vai mexer, está fora da discussão deste projeto e é exatamente isso que nos preocupa.

A Assembléia Legislativa talvez pudesse ter feito uma discussão mais aprofundada, justamente com as pessoas que irão se envolver, na hora em que esta lei estiver aprovada e sancionada pelo Governador do Estado, que são os agricultores, os consumidores, os sindicatos, enfim, todas as pessoas que vão estar envolvidas com o conteúdo desta lei.

Por isso, Deputado Algaci, quero parabenizar Vossa Excelência, como Relator deste Projeto, procurou discutir e envolver o máximo de pessoas possíveis, todavia, mesmo assim, ainda na nossa avaliação, essa discussão está capenga e deixou de abranger pessoas que são de fundamental importância, que é a população comum que vai ter conseqüências com a aprovação deste projeto de lei.

O SR. ALGACI TULIO

Concordo com o seu aparte e entendo que esta discussão teria que ser mais ampla, de levarmos essa discussão às regiões do Paraná para que pudesse o homem do interior ter ciência do que está se votando aqui na Assembléia.

Ocorre que já estamos no limite final de prazo para aprovar esta lei, mas tenho certeza que, aprovada esta lei aqui no Plenário, haverá tempo depois para se regulamentar esta lei, dentro da criação das bacias hidrográficas, a grande oportunidade para se levar essa discussão em todos os campos, para orientar o pequeno e grande agricultores e não são eles, mas o consumidor da água, de um modo geral, do que está se estabelecendo neste projeto de lei.

É um grande momento que a Assembléia tem. Poderia ter sido melhor aproveitado, com um grande fórum de debate, mas o tempo é escasso e não podemos chegar atrasados nesta regulamentação, porque 18 estados já têm a lei e o Paraná não tem a sua lei.

Daí a necessidade de fazermos esta votação com a discussão que será feita na próxima terça-feira, e depois sim, aprovada a lei, no momento da regulamentação, vamos percorrer o Paraná e me coloco à disposição para isso, para que façamos uma discussão mais ampla.

Concedo aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Quero cumprimentá-lo pela forma como tem conduzido este projeto e discordar um pouco da

posição do Deputado Nereu Moura, quando ele diz que este projeto está elitizado.

Poucos foram os projetos que tiveram a abertura que está tendo este projeto aqui na Casa.

Acho que quando o Deputado diz que está sendo elitizado, está sendo discutido pelos Deputados. Ora, nada mais representativo do que o Deputado Nereu Moura ou o Rossoni discutirem esse projeto em nome das pessoas que representam, mas é importante que se diga e se acrescente que esta visão, estamos aqui aprovando uma lei porque ela é necessária, que todos os rios que atravessam o Paraná, principalmente os maiores, eles são federais, se nós não criarmos uma lei aqui normatizando o uso da água, nós seremos normatizados pela lei federal. Ninguém está com intenção de cobrar a água. É importante que se diga aqui de que as decisões da cobrança da água ou não a cobrança da água, será decisões de bacias, de pessoas que moram nas bacias lá no interior.

Por exemplo, uma bacia de um determinado que é afluente do Rio Iguaçu, vai se reunir as pessoas que vão tomar esta decisão. Quer dizer, nesse momento até pode estar sendo eletizada essa discussão, mas no momento da formação dos consórcios para se tomar uma decisão do uso da água daquela bacia, naturalmente será feito com a população e a cobrança também, se é que vai haver a cobrança, será tomada por aquela população que circunvizinha aquela bacia, ou aquele rio ou riacho.

Agradeço pelo aparte e cumprimento V.Exa. pela forma que tem conduzido este projeto nesta Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni, e é essa discussão que nós queremos para que a gente possa realmente fazer uma lei que venha trazer o benefício para o Paraná, porque ainda ontem, ouvindo a Agência Nacional, Deputado Orlando Pessuti, nós tomamos conhecimento que um dos Estados já que tem a sua lei, já estava adquirindo equipamentos para uma dessas bacias hidrográficas, o Paraná infelizmente está atrasado.

Mas, Senhor Presidente, venho à tribuna para dizer de que esta Casa mais uma vez é homenageada, é reconhecida pelo seu trabalho, esse trabalho que hoje o jornalista, o radialista Pedro Washington lança aqui na Assembléia Legislativa, às 18 horas de hoje, mais um livro de sua autoria "Paraná, político de cabo a rabo", e conta nessa sua coletânea, que tem aqui a participação de vários jornalistas de renome no Paraná, conta os meandros da política, conta as histórias da política e de políticos do Paraná, e uma das etapas do seu livro me diz respeito, e é por esta razão também que eu venho à tribuna para dizer do meu orgulho, da minha satis-

fação em estar citado em mais um livro que conta a história da política do Paraná, porque na verdade, estou em falta com meus eleitores, porque fiquei também de fazer um livro que conta um pouco da minha história, da minha carreira política.

Mas fico feliz, quando aqui na página 80 do seu livro, já cita aqui a história da campanha dos "12 Dias", que seria o suficiente para me gratificar politicamente a minha passagem pela política de Curitiba, como de resto pela política do Paraná.

E a citação aqui, contando um pouco da história da Campanha dos "12 Dias", que não tinha nada, absolutamente nada programado, que foi tudo que aconteceu nas últimas horas, isso realmente para mim é uma grande gratificação.

Conta aqui também se o livro será polêmico, porque conta a história da eleição de 1985, quando era uma eleição apenas para Prefeito da capital, e quando o então Jaime Lerner perdeu nos últimos momentos para o candidato - e Prefeito no momento depois - Roberto Requião, quando cita da presença aqui em Curitiba de mais de 600 ônibus que trouxeram eleitores simpatizantes do PMDB naquela ocasião, para engrossar as bocas de urnas e cita até - me parece - que até defunto votou naquela eleição. Por isso é um livro polêmico que vale a pena todos adquirirem, vale a pena todos participarem do coquetel hoje, porque sem dúvida alguma conta muito da história da política do Paraná, conta muito do trabalho desta Casa, do seu Presidente, daqueles que por aqui passaram, e conta da nossa atuação também, de cada um de nós, como responsáveis pelo andamento da política do Paraná.

Parabéns ao Jornalista Pedro Washington por esta edição, parabéns à Editora que está editando, e tenho certeza vai ser um grande sucesso, sem dúvida alguma, até porque vai polemizar.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Tulio, quero cumprimentá-lo por desta tribuna estar homenageando o jornalista Pedro Washington, realmente uma pessoa que muito tem contribuído para que a história e as estórias da política paranaense fique devidamente registrada, não só na memória daqueles que viveram essa história e essas estórias, mas que todos possam ter acesso a elas. O Pedro Washington é uma pessoa que muito tem contribuído com sua participação a nível de ação política no Estado do Paraná e também na condição de jornalista, radialista. Tenho por Pedro Washington uma amizade, um respeito grande porque eu o conheci no mês de agosto de 1976 quando ainda morador da Casa do Estudante Universitário do Paraná num evento alusivo ao aniversário daquela instituição, Fundação,

Casa do Estudante, em que ele representava o Governador Jaime Canet, e desde então nossos laços de amizade sempre se estreitaram e realmente permaneceram sólidos. Cumprimento o Jornalista Pedro Washington, a exemplo de V.Exa., pelo trabalho, e tenho certeza não será o último de uma série que ele vem trazendo para todos nós, registrando com muita propriedade a história e as estórias da política paranaense.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado Deputado Orlando Pessuti, fica então o convite para todos às dezoito horas de hoje o coquetel de lançamento com autógrafos do companheiro Pedro Washington ao seu livro que lança hoje à tarde aqui na Assembléia.

Muito obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.
Liderança do PDT.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero registrar também, assim como fez alguns dos nossos deputados, participação do Neco Garcia na Presidência do BANESTADO.

Sempre dizia que o Neco Garcia era respeitado como criador de boi do Paraná, jamais com a capacidade e a vivência para dirigir um banco tão importante quanto era, não é mais o Banco do Estado do Paraná. E felizmente a Promotoria Pública está mostrando ao Paraná toda a sua incompetência, está mostrando ao Paraná todo, que faltou ética na administração de um dinheiro público, que é dinheiro do banco do Estado do Paraná, dinheiro do povo do Paraná; deste patrimônio com mais de setenta anos, pertencente ao povo do Paraná, que infelizmente por incapacidade quebraram o nosso banco e hoje ele está entregue ao Banco Central.

Serão investidos para sanear este Banco em torno de quatro bilhões e meio, para ser vendido nos próximos meses por apenas quatrocentos e cinquenta milhões. Veja, o volume do investimento para depois entregarmos esse patrimônio por quase nada.

O Neco Garcia que acusou os Deputados, e que imediatamente nós reagimos aqui com Requerimento pedindo ao Presidente Neco Garcia que entregasse ao povo do Paraná o nome dos Deputados que quebraram o Banco conforme foi a sua irresponsável afirmação. E até hoje, Deputado Nereu Moura, nós estamos aguardando uma resposta do Neco Garcia e também da diretoria do Banco que não teve coragem de assumir esta irresponsabilidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero falar aqui de uma denúncia que fez a agência, o Estado, publicada no Jornal O Estado do Paraná, que fala da migração da mão-de-obra, neste país. Abrimos as fronteiras do Brasil, permitimos que as empresas multinacionais venham para o nosso país, que massacrem o empresário brasileiro. E muito mais, irresponsavelmente, estamos permitindo que se importe a mão-de-obra, até de encanadores. Conforme relatório do próprio Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, foi concedido visto de entrada de trabalhadores para o Brasil para mais de 9 mil trabalhadores, 9.260, numa pesquisa mais aprofundada, diz que poderá chegar a 28.000 trabalhadores!

E nessa denúncia da agência, O Estado, publicada pelo Jornal O Estado do Paraná, tem um tópico aqui que diz o seguinte: -" Em 1998 foram concedidos 2,4 mil vistos de gerentes, 1190 para diretores de empresas, 820 para engenheiros e arquitetos, encanadores, soldadores e chapeadores. Oficiais de bordo 460. O Ministro expediu 360 vistos para economistas e contadores de empresas de outros países. Isso aconteceu no ano passado, senhores!

E aí vemos a propagação que o Paraná e o Brasil vão muito bem, obrigado, quando percebemos que só no Estado de São Paulo, o índice de desemprego, da mão-de-obra, efetivamente é de mais de 23%.

Quero passar, com esta preocupação, um relato, aos Senhores Deputados, da crise brasileira, da crise estadual e da crise municipal.

(Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois de pagar mais de US\$ 100 bilhões em juros e serviços da dívida externa, que ainda aumentou em 60% nos últimos 5 anos conforme o veredicto emitido pelo Tribunal da Dívida Externa; depois de reconhecer a perda de outros 8 bilhões de dólares com a desvalorização do real; depois de promover cortes de mais de 900 milhões de dólares das áreas sociais; o Governo de Fernando Henrique Cardoso ainda sofre advertências do Banco Mundial (BIRD) e do próprio FMI, que temem um levante popular no Brasil. Uma convulsão social, na visão desses organismos, poria em risco os mais fáceis ganhos de especuladores e agiotas internacionais que continuam sugando a economia brasileira: Em que parte do mundo um Banco de Boston - por exemplo - realizaria lucros de até 300% em apenas dez dias, como aconteceu no Brasil?

Preocupado com os dólares "investidos" no Brasil, o Presidente do Banco Mundial (James Wolfensohn) chega dizer com todas as letras: "Se existir um orçamento financeiro mas se as pessoas saírem às ruas para saquear, não se obtém a restauração da confiança e tampouco qualquer grau de

estabilidade a curto prazo". Ao contrário de FHC, ele não disfarça suas intenções: "Não se trata de uma questão de ter uma alta consciência social. É preciso apenas ser pragmático". Nesse pragmatismo, BIRD e FMI colocam em xeque a autoridade do Governo Brasileiro para conter a fúria popular.

Qualificando o Brasil como campeão mundial da desigualdade, em um relatório de fevereiro deste ano, o Banco Mundial avalia em 5 milhões os novos miseráveis no Brasil, e ainda considerando uma queda de apenas 2% do PIB. Esse número usa sempre como referência o IPEA, que, levianamente, calcula e 32 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Abaixo da linha da pobreza, segundo o BIRD, estão aqueles que sobrevivem com apenas US\$2 por dia. Curiosamente, baseado na mesma metodologia o Governo dos EUA reconhece existir por lá cerca de 35 milhões de pobres.

Cordeiro acha como uma explicação possível para o desempenho negativo da indústria paranaense a aquisição de várias empresas familiares locais por grupos de fora. "Os novos administradores costumam enxugar os quadros de pessoal para reduzir custos e isso pode estar repercutindo nos níveis de emprego", avalia o economista.

OS NÚMEROS DA CRISE

Os reflexos são sentidos por todo o interior paranaense. Em Cascavel, por exemplo, fomos surpreendidos com o anúncio de fechamento de uma das mais tradicionais revendedoras de veículos, a DATTA (Distribuidora de Automóveis Scanagatta Ltda) após 34 anos de atividades. O proprietário da empresa e tradicional homem público do Oeste, Jacy Scanagatta, reclama um crédito que possui junto ao governo estadual no valor de R\$800 mil, dinheiro que poderia enfrentar a crise e manter os 64 empregados na empresa. Outros empregos que fecharam em Cascavel: Guimatra (400 empregos); Linck; J. Malucelli; MultiLages; Óleos Pacaembú; Coca-Cola (desativou unidade de fabricação); TELEPAR (reduziu 450 empregos).

No meio rural não é muito diferente. Nos últimos 4 anos, mais de 130 mil unidades produtivas foram fechadas no setor rural, talvez na mais triste crise enfrentada pelo interior paranaense. Por todas as regiões vemos sinais de angústia e inquietude, enquanto o Governo do Paraná está sufocando-se com uma dívida que beira os US\$ 10 bilhões e sofre as consequências do seu próprio desastre econômico e administrativo.

Pragmática também é a Presidente do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, que autorizou a redução de dois quilos na cesta básica (de 22 Kg para 20 Kg). Assim, o óleo de cozinha foi substituído por sardinha. O macarrão, que é cotado em dólar, foi suprimido. Mesmo com todo este esforço de "ajuste fiscal", a primeira-dama não arrefeceu

seu pragmatismo. As cestas básicas deixaram de ser distribuídas durante todo o mês de janeiro e fevereiro, chegando ao inferno da seca nordestina só em 10 de março. Foi lá que o próprio Comunidade Solidária, através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, constatou que a mortalidade infantil subiu, em janeiro, para 425 crianças mortas a cada mil nascidas, batendo o recorde mundial que era de Níger, com 191 crianças mortas por mil.

A CRISE NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Este é o quadro de crise que se abate nos estados e municípios, levando governistas e oposicionistas a reclamar providências em Brasília. "Os governadores e prefeitos, aliados e oposicionistas, pressionam simultaneamente o Governo FHC e os Parlamentares no Congresso Nacional para banir o confisco de 20% do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, em prol do Fundo de Estabilização Fiscal, exigindo, ainda o ressarcimento das perdas de receitas com a Lei Fiscal, exigindo, ainda o ressarcimento das perdas de receitas com a Lei Kandir", como deixou escrito o já saudoso jornalista Liones Rocha, em suas últimas ações profissionais.

O Governo do Paraná também paga o seu preço por ter mergulhado de corpo inteiro no neoliberalismo, sem dar ouvidos às ponderações que desde o princípio foram levantadas contra o modelo econômico que já havia fracassado em outros países e conduziu o Brasil por rumos tão insustentáveis quanto preocupantes. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) divulga agora a alarmante conclusão de que o Paraná perdeu 2349 postos de trabalho só em fevereiro. Deste total, foram fechados 1.580 postos de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba. "São números de um cadastro oficial sobre o mercado formal", segundo informou o economista Cid Cordeiro, coordenador regional do DIEESE."

Era isso Senhores Deputados, um pronunciamento que fizemos baseado em uma crise econômica Estadual Nacional e Municipal e como relato que fiz aos senhores do fechamento de várias empresas e principalmente de Cascavel no Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro momento, quero trazer ao conhecimento desta Casa e dos Senhores Deputados, que na próxima quinta-feira, dia 10, a partir das 20

horas, estará nas dependências desta Casa o Senador Sérgio Machado, relator no Senado Federal da Emenda que trata da reforma política, a reforma partidária que deve estar em curso já neste ano. A Emenda, com certeza, trata das cláusulas de desempenho partidário, tempo de filiação, voto facultativo, impedimento para coligação na proporcional entre os partidos.

Sem dúvida é um momento importante para a classe política tomar conhecimento, justamente da parte, logo do próprio relator desta importante matéria, que visa não só trazer uma lei à sociedade brasileira, mas sobretudo, estabelecer uma política de fortalecimento dos partidos e das agremiações partidárias. Daí a importância, não só para homens públicos que tenham representatividade parlamentar, mas sobretudo, para a sociedade brasileira que deve engajar nesse processo, discutir e participar, para que tenhamos aí, partidos políticos que possam efetivamente representar o ideário de cada um dos segmentos da sociedade brasileira.

Mas uma outra razão me traz a esta tribuna, e quero mais uma vez trazer a preocupação com aquilo que vi esses dias: a imprensa do nosso Estado, trazer em manchetes e divulgando, que é comprometimento - como disse o Deputado Durval Amaral - a securitização dos "royalties" além de 2.020. Ora! Não tenha dúvida! Um problema sério passa pelo Estado brasileiro em todos os níveis, mas não conseguimos entender quando não há uma priorização e aplicação de recursos de atividades de ação do Governo e vem o governo propor uma vinculação, uma alienação, uma penhora das receitas dos "royalties" até 2.023. Estamos comprometendo com certeza, o futuro, parcelas de futuras receitas de nosso Estado.

O Paraná, pela sua história administrativa, nunca teve governos que tivessem comprometido o seu futuro. Espelhamos - isso não sou eu que estou falando, mas a história do perfil da nossa dívida, uma dívida escalonada com perfil de 1 bilhão e 395 em 04 de janeiro de 1995. E hoje ela se aflora aos olhos da população em quase 10 bilhões. É preocupante.

Esta Casa não pode se furtar a discutir, a conhecer e a analisar, até para que no futuro não tenhamos impingido sobre nós a responsabilidade pela negligência de não conhecermos a realidade da situação financeira do Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Quero dizer para Vossa Excelência o seguinte: a questão previdenciária do Estado não é oriunda só do governo Jaime Lerner. Temos que corrigir essa questão, para que um dia o Estado possa voltar a capacidade de endividamento.

Uma outra questão também que não é oriunda somente do Governo Jaime Lerner - vimos isso nos jornais - a questão do saneamento do BANESTADO.

Vossa Excelência sabe muito bem de que o Governo Jaime Lerner obteve três empréstimos no seu Governo. Os três empréstimos tão famigerados que houve toda aquela questão no Senado da República. Não sei como vocês chegam a esses números, quando que o total dos empréstimos internacionais autorizados no Senado da República, no final do ano passado, somam 1 bilhão, não dá nem isso.

O que estamos sim, procurando através desses recursos, é capitalizar o fundo previdenciário do Estado.

Podemos até marcar uma data, e acho oportuno e importante, não somente com o Secretário da Fazenda, mas com quem os Deputados quiserem, para que possamos discutir com os Deputados. tenho certeza absoluta que não teremos nenhuma dificuldade de explicar a situação financeira do Estado, a questão da dívida do Estado, a questão do ontem, hoje e do amanhã.

Quero dizer que a Liderança do Governo se coloca a disposição de Vossas Excelências para que possamos trazer aqui em uma data marcada em conjunto com as lideranças, para que o Secretário da Fazenda venha aqui debater este assunto, que é importante que os Deputados tenham um profundo conhecimento, até porque se tornaria mais fácil o meu trabalho como Líder do Governo.

Mas é importante que se diga que esses números que Vossa Excelência está checando, não estamos entendendo esta matemática e é importante que se diga que dos problemas sérios que o Estado enfrenta hoje, que é a questão previdenciária e que é a questão do saneamento do BANESTADO, são questões que vêm de longa data. Assumimos a parte do Governo Jaime Lerner, não estamos nos excluindo, mas tem que ser assumido por todos.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e coloco à disposição das lideranças partidárias, para que possamos nos reunir e marcar uma data para a vinda do Secretário da Fazenda, para esclarecer todos estes fatos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não tenha dúvida que Vossa Excelência faz uma abertura que vai ser extremamente produtiva a esta Casa e tenho certeza que na hora em que Vossa Excelência marcar a data junto ao Secretário da Fazenda, os Deputados estarão presentes e terão condições de discutir, dialogar e procurar verificar como o Estado levou a esse nível de comprometimento. Hoje, pelo que se sabe, como Vossa Excelência anda pelo interior, como recebe lideranças

empresariais e políticas no gabinete, é reclamação de todos os lados, é empreiteiro que não recebe, é a imprensa que não está com os pagamentos, é o PROEM que não consegue fazer o pagamento de quase 400 obras, é a falta de pagamento para com parte do funcionalismo.

Nesses dias fui questionado e eu estava lá - confesso aos senhores - dizendo que só um setor do Governo do Estado não tinha recebido o terço de férias e uma enfermeira, funcionária do Sistema de Saúde Estadual disse que eu estava mal informado. Não é só o magistério, mas outros segmentos do funcionalismo público que também não receberam as férias.

Começamos a ver que o Estado está remontando as suas dívidas e a presença do Secretário será extremamente importante e trará lucidez a essas questões e esperamos que possamos fazer e, para complementar, evidentemente que este passivo que temos na área da previdência, não é só do Governo Lerner, mas não é só do Governo Lerner que foi gerado o crédito da compensação do ICMS e é um crédito que o próprio governo diz que está cinco bilhões.

Então temos um elemento novo. Se tem no Artigo 202 da Constituição federal, que recentemente foi promulgado através da Lei Hauly, esse crédito do Governo do Paraná, no primeiro momento, o Brasil todo receberá 800 milhões.

Aqui então não é só o passivo. Há créditos que o governo está se habilitando diante deles. Não é só o passivo. Não. O governo Lerner ou qualquer governo que estivesse aqui estaria se habilitando neste crédito.

Esta é a colocação que quero fazer, só fica o lado do passivo, enquanto estamos na outra ponta, o ativo.

Concedo o aparte ao Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

A questão do endividamento do Estado que o Deputado Rossoni não sabe de onde tiramos os números.

Números do balanço de 1994, 1995, 1996, 1997, já que os de 1998 ainda não tivemos condição de fazer análise mais aprofundada.

Em 31 de dezembro de 1994, o Paraná devia 1 bilhão, 395 milhões;

Em 31 de dezembro de 1995, 2 bilhões e três milhões;

Em 31 de dezembro de 1996, 2 bilhões, 403 milhões.

Em 31 de dezembro de 1997, 3 bilhões, 400 milhões.

De 1994 para 1997 foi de um bilhão e 400, para 3 bilhões e 400.

Quer dizer, em quatro anos, aumentou a dívida do Paraná, em dois bilhões de reais.

Se considerarmos essa dívida interna e externa, e flutuante da Administração Direta e Indireta, de 3 bilhões e 400 em 31 de dezembro de 1997, se somarmos a ela o déficit orçamentário de 1998, que está aqui em 2 bilhões, 338 milhões, é a anotação que nós temos do balanço, então já passaremos de 5, mais os 5 bilhões do BANESTADO, passaremos de 10 bilhões de reais.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

O Deputado está com facilidade na matemática dele mas não concordo com Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Esse vai ser um bom momento com a presença do Senhor Secretário, para que nós possamos inclusive colocar estas questões e fazer o cotejamento dessas contas.

É importante que conheçamos, e aí sem desconsiderarmos o compromisso que nós estamos assumindo pelo BANESTADO, sem considerarmos a venda da SANEPAR, 39% da SANEPAR, sem consideramos desmantelamento não só do BANESTADO, mas das empresas coligadas, BANESTADO Leasing, Corretora BANESTADO, BANESTADO Reflorestadora, todas essas empresas sempre muito bem capacitadas financeiramente e hoje nós estamos todas numa situação de extrema dificuldade.

Por isso, Senhores Deputados, há preocupação da análise, do conhecimento, de conhecermos com exatidão as contas do Estado do Paraná.

Conhecermos o comprometimento que nós estamos hoje, para que nós no futuro, olharmos e dizer: eu não sabia, disso eu não tinha conhecimento disso, eu não fui informado enquanto aqui exercemos um mandato como Deputado e como Delegado da população do nosso Estado.

Agradeço o tempo, Senhor Presidente e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado do PT, Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do quadro de incerteza e de tensão do Estado do Paraná com relação ao movimento dos trabalhadores Sem-terra, o Partido dos trabalhadores através dos seus Deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, querem tornar público esta nota oficial que faço agora ao tê-la e que peço que se registre na ata desta Sessão, para que não

paire dúvidas depois com respeito à linguagem e aos termos que nós vamos usar.

Nota Oficial do Partido dos Trabalhadores pelo fim das perseguições ao MST, em defesa da Reforma Agrária.

(Lê):

“Pelo fim das perseguições ao MST, pela reforma agrária

Preocupados com a parcialidade do governo do Estado, da Polícia Militar e de setores do poder Judiciário, cujas ações só têm agravado os conflitos pela posse da terra do Paraná, os Deputados que compõem a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Paraná vêm a público para expor o que segue:

Pressionado pelo grande latifúndio e seus representantes na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, o governo do Paraná vem efetuando uma série de despejos de sem-terra no Estado. O governo abandonou as negociações que vinha fazendo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passando a promover megaoperações de despejos, cuja legalidade é questionável. Até então as negociações com o MST vinham resultando em desocupações pacíficas e no avanço do processo de vistoria e de desapropriação de áreas improdutivas para fins de reforma agrária. Certamente estas negociações não interessavam à oligarquia agrária do Paraná, que passou a exigir do governo uma postura mais agressiva contra os sem-terra. E o governo parece ter cedido a essas pressões, pois além de montar verdadeiras operações de guerra para efetuar os despejos, passou a utilizar, segundo denúncias, métodos que pareciam banidos da vida democrática brasileira, como a infiltração de agentes da Polícia Militar nos acampamentos, fotografando e filmando as lideranças rurais, com o objetivo de intimidar e desmoralizar o MST, espalhando terror e medo por todas as regiões do Estado.

Em que pese o governo, através do secretário da segurança, Cândido Manuel Martins de Oliveira, negar que os despejos sejam feitos à noite e que haja violência contra os sem-terras, existem provas de que homens, mulheres e crianças têm sido vítimas de várias atrocidades e humilhações praticadas pela Polícia Militar durante estas ações. As denúncias sobre o comportamento dos policiais encapuzados do Grupo de Operações Especiais (GOE), da P2 e da PM, forjando acusações, intimidando e ameaçando os sem-terra mostram a parcialidade e da violência praticadas durante os despejos.

O governo precisa esclarecer as denúncias de maus tratos praticados contra homens, mulheres e crianças, contra a liberdade de ir e vir dos agricultores e sobre a prática de tortura durante os despejos. Só os desmentidos do governo não bastam, pois,

assim como existem as negativas do Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, existe a versão dos sem-terra, de comerciantes das regiões de conflito e de entidades de direitos humanos que apontam a prática de violência por parte da Polícia Militar.

A atitude do governo paranaense em relação ao MST e à luta pela reforma agrária é discriminatória. Trata-se de uma posição política de tentar criminalizar a desmoralizar o MST, enquanto continuam impunes os autores e mandantes de assassinatos e seqüestros praticados contra lideranças dos sem-terra. Até agora, não se tem nenhuma notícia de que as anunciadas operações de desarmamento nas regiões de conflito tenham resultado na apreensão de armas ou na prisão de um único fazendeiro, mesmo que estes tenham anunciado publicamente a intenção de lançar mão até de minas terrestres para intimidar os sem-terra.

A parcialidade do governo se estende também à sua base de apoio na Assembléia Legislativa, Majoritários, os deputados do governo forçaram a formação de uma Comissão Especial no legislativo no intuito de incriminar o MST, através de relatórios onde predomina a versão dos grandes proprietários de terra e da Secretaria de Segurança Pública.

O Poder Judiciário também foi manchado com a parcialidade da juíza Elizabete Kather, da comarca de Loanda, que segundo o jornal "Folha de São Paulo", comemorou "o início de uma união entre fazendeiros e a PM" (grifo nosso), após uma operação de despejo no início de maio último. Neste sentido, só podemos encarar como suspeitas as ordens de prisão das lideranças do MST decretadas por essa autoridade, cujas vítimas encontram-se há mais de dois meses encarceradas.

É de se destacar ainda a posição da juíza Adriana Katsurayama, da comarca de Ortigueira, que mesmo sem acusação oficial, mandou para a cadeia seis lideranças do MST. A posição da juíza foi mantida mesmo diante do parecer do Ministério Público daquele município que solicitou o arquivamento dos processos contra os sem-terra, afirmando que não existe nenhum indício de que estes tenham praticado qualquer infração penal, posição ratificada pela procuradoria-Geral da Justiça do Estado.

Diante de toda esta situação e temendo que o Paraná passe a ser palco de conflitos ainda mais graves, os deputados abaixo-assinados exigem que o governo retome as negociações com o MST e que, ao invés dos despejos, tomava a imediata vistoria de áreas improdutivas para o assentamento de agricultores rurais sem-terra, já que o governador Jaime Lerner chamou para si o processo de reforma agrária no Estado.

Ao mesmo tempo em que reiteramos nossa posição em defesa da reforma agrária, através da desapropriação dos latifúndios improdutivos, reconhecemos no MST uma entidade legítima que foi construída nas duas últimas décadas com o objetivo de organizar democraticamente os excluídos do campo, cuja principal radicalidade está na teimosia de buscar um pedaço de terra para plantar e viver.

Curitiba, 08 de junho de 1.999.

Deputados: Péricles de Holleben Mello

Ângelo Vanhoni

Hermes Fonseca

Irineu Colombo"

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria agora de fazer o registro da presença de liderança, vereadores, prefeito e imprensa de Toledo e da região, que vieram, no dia de hoje, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, primeiramente para agradecer a CCJ pela aprovação, na terça-feira passada, com referência a criação do Município de Itaguaçu do Paraná, onde foi aprovado um Substitutivo dando o nome de Município de 500 anos.

Queria registrar os nomes e gostaria que se apresentassem, Jovino Canavesi, Vereador do distrito que vai ser emancipado; Odair Macari, vereador do distrito de Sarandi, que também vai ser emancipado; Renato Raimann, 1º suplente de Vereador de Vila Nova; João Morsch, liderança de Vila Nova e presidente de uma grande festa anual regional, do leitão na estufa; Ladair Giacomini, liderança de Novo Sarandi; Valecir Toninm, liderança de Novo Sarandi; Valdir Helte, liderança de Novo Sarandi e Presidente da associação de moradores de Sarandi; Nosso Prefeito de Toledo, Derli Antônio Donin e ainda a imprensa, Moacir Rodrigues, da Rádio Iguaçu; Régis Guerreiro, Rádio Difusora de Mal. Cândido Rondon; Eraldo Ferrari, Jornal Gazeta de Toledo e Rádio Eldorado; Eron Zenin, Jornal Gazeta de Toledo. E ainda a presença da Chefe do Núcleo da Secretaria de Educação de Toledo, Professora Denise Manfroí.

Eles aqui vieram para participar da votação do dia de hoje e se possível a 2ª Votação, onde será discutido e votado o Substitutivo Geral, dando o nome do município a ser criado de Município de 500 anos.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, fax subscrito pelo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, constante do expediente, agradecendo esta Assembléia de lhe conceder o honroso Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Itaguaçu do Paraná, em área adiante descrita, desmembrada de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 18, de 23.03.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Duílio Genari, tem por objetivo criar o Município de Itaguaçu do Paraná, desmembrando-o do Município de Toledo.

Analisando o projeto sob o aspecto constitucional, legal ou regimental, não encontramos nenhum óbice para a normal tramitação do projeto de resolução em tela.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda Modificativa apresentada pelo autor modificando o nome do município a ser criado, em anexo.

Sala das Comissões, em 01.06.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/99

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de 500 anos, com território e divisas adiante descrita:

I - Com o Município de Santa Rosa

Inicia no arroio Guaçu na foz do córrego Gavião, sobe por este até a foz da sanga Ubiretama, sobe por esta até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral sudeste pela divisa entre os lotes 43 e 49 da Fazenda Britânia até encontrar uma estrada de rodagem que é divisa do lote 54 com os lotes 55, 57, 58, 59, 72, 73, 74 e 75, segue por esta estrada até encontrar a cabeceira da sanga do Paim, desce por esta até sua foz no córrego Jaguarandi, desce por este até a foz do arroio Dezoito de Abril.

II - Com o Município de Maripá

Inicia no arroio Jaguarandi na foz do arroio Dezoito de Abril, sobe por este até encontrar a divisa do lote 22 com o lote 133 do 47º perímetro da Fazenda Britânia.

III - Com o Município de Toledo

Inicia no encontro do arroio Dezoito de Abril com a divisa entre os lotes 22 e 133 da Fazenda Britânia, deste ponto segue pela divisa dos lotes 15, 14, 13 e 01 do 15º perímetro com os lotes 132, 131, 130 e 129 do 47º perímetro até encontrar a sanga Cavalo Morto, desce por esta até sua foz no arroio Guaçu, desce por este até a foz do córrego Soco Bõe, sobe por esta até a foz da sanga Ampoprim, sobe por esta até a divisa do lote 200 com os lotes 189 e 138, segue por esta divisa até encontrar a sanga Guamixinga, desce por esta até sua foz no Lajeado Grande, desce por este até sua foz no arroio Guaçu, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 06, 04, 04, 02, 01, 07, 43, 44, 45, 46, 47 e 51 com os lotes 07, 08, 42 e 52, todos do 7º e do 6º perímetro da Fazenda Britânia, até encontra a sanga Funda.

IV - Com o Município de Quatro Pontes

Inicia no encontro da divisa entre os lotes 52 e 51 com a sanga Funda, desce por esta até sua foz no arroio Guaçu, desce por este até a foz do Córrego Gavião."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.06.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

O SR. ADEMIR BIER (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria nesta oportunidade de cumprimentar os nossos companheiros do Oeste do

Paraná, de Novo Sarandi, de Vila Nova, de Toledo. E sei quanto é importante esse dia para nosso companheiro Duílio Genari e para a Região Oeste do Paraná.

Quero dizer que será um Município realmente fantástico, porque lá reside gente extraordinária. E gostaria de me somar nesse projeto de lei.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Deputado Bier aprovando o projeto, submeto a voto os Srs. Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Projeto 005/99.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, imóvel de sua propriedade, situado no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas Rodovias Estaduais. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, José Maria Ferreira e Antônio Carlos Belinati, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 210/99

A presente emenda modificativa altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 210/99:

“§ 1º - É vedada a participação de empresas no produto da arrecadação de multas registradas nas estradas estaduais, exceto as empresas concessionárias, pertencentes ao Anel de Integração.

§ 2º - Exclui-se do *caput*, desse artigo a fiscalização realizada por agentes da Autoridade de Trânsito Rodoviário Estadual, inclusive a Polícia Rodoviária Estadual, com equipamentos disponibilizados pelo Estado.”

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Antonio Carlos Baratter, Luiz Accorsi, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da parte final do § 1º, possibilitará que as empresas concessionárias das rodovias, possam dar continuidade as suas atribuições em especial a operar a pesagem de veículos em balanças, devendo ressaltar ainda, que os contratos de concessão que foram pactuados com o Estado, respeitaram a Lei de Concessões Públicas, Lei Federal nº 8.987, os quais estabeleceram como receita adicional as multas por excesso de peso, sendo que a impossibilidade do repasse de parte desses recursos às concessionárias, implicará em redução da receita e por conseguinte, a revisão da tarifa do pedágio.

Quanto ao § 2º do mesmo artigo, a alteração procedida está respaldada no próprio Código de Trânsito Brasileiro, que em seu Art. 280, § 4º, assim prevê. O DER inclusive, já nomeou alguns servidores, os quais atuam como fiscais de trânsito, como por exemplo, as balanças de pesagem de veículos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O Poder Executivo terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para rescindir os contratos firmados entre a administração direta e indireta e empresas privadas que estejam realizando a fiscalização.”

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

O prazo assinalado na proposição original é excessivamente dilatado. Mantido o mesmo, por mais aproximadamente 5 ou 6 meses, o quadro de abusos cometidos contra os condutores de veículos persistirá, acarretando a ineficácia da lei por tempo acima do necessário para que a Administração tome as providências pertinentes à regularização da fiscalização.

Assim, sendo, o considerado que a administração pública pode rescindir unilateralmente contratos administrativos nos termos da legislação vigente, 30 dias é tempo mais que eficiente para que os atos administrativos sejam validamente praticados.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03

“Art. ... - É vedada a participação de policiais civis e militares na fiscalização em empresas privadas terceirizadas.”

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Ademar Traiano e duas ilegíveis.

Encerrada a discussão o projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da UNIOESTE, a extensão do Curso de Pedagogia, no Campus de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Noroeste, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através da UNIOESTE, a extensão do Curso de Pedagogia, no Campus de Foz do Iguaçu.

Esta Comissão já se manifestou com relação à matéria, e analisa agora a emenda apresentada em Plenário.

Nada encontrou-se que possa impedir sua normal tramitação, portanto, somos de parecer favorável à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Beto Richa, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Cesar Seleme.

Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública ao Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Em votação e Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovada.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 251/99, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Sabaúdia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 235/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a Associação Paranaense "Estilo de Vida", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11.05.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 225/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "São José" do Colégio Estadual Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 05.05.99).**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda Mirim, com sede e foro nesta Capital. **Aprovada. (Publ. no D.A. nº 36, de 03.05.99).**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1229, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 1215 a 1217, de autoria do Sr. Deputados Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1218, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1220, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1221 e 1232 a 1235, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1223, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1226 e 1227, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1228, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1231, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1237, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1189, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Em virtude da ausência do Deputado Caíto Quintana, gostaria de pedir ao ilustre Líder do PMDB a retirada da sessão de hoje do requerimento, porque já tenho as informações requeridas pelo ilustre Parlamentar, para que pudessemos votar no dia de amanhã ou retirar.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Tendo em vista que o Deputado Caíto Quintana não se encontra presente, nós acolhemos a sugestão do Deputado Valdir Rossoni de se adiar para amanhã a votação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)
Deferido.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

Prossegue leitura.

Convite. O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khury, tem a honra de convidar Vossa Excelência e família para o lançamento do livro "Paraná-Político de Cabo a Rabo", de autoria do Jornalista Pedro W. de Almeida na data de hoje às 18:30 horas, no pequeno auditório Luiz Gabriel Sampaio no Plenarinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 243, 248 e 253/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/99.

Marco outra Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 128, 217, 219 e 245/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 203, 204/99;

e do de Resolução nº 005/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142 e 303/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS NEREU MOURA E ADEMIR BIER, EM SESSÃO DO DIA 08 DE JUNHO DE 1999.

"A Paralisação do Paraná"

Gazeta do Povo

Administrando um orçamento que mal dá para pagar o funcionalismo e para manter a máquina burocrática em operação, o governo estadual vem deixando de repassar recursos previstos em convênios firmados com as prefeituras municipais. Por conta disso, está paralisada a execução de centenas de obras no interior do estado, como escolas, postos de saúde, delegacias e estradas. Inúmeros serviços sociais deixaram, também, de ser prestados ou o são de forma precária, como a conservação de rodovias, transporte de escolares, fornecimento de remédios, etc.

Segundo a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), mais de 200 obras estariam paralisadas em todo estado em decorrência da suspensão dos repasses, cujo volume é avaliado em cerca de R\$300 milhões. As conseqüências da paralisação das

obras são diversas. Escolas semiconstruídas não podem ser ocupadas, ou são utilizadas precariamente pelos alunos, por não terem sido finalizadas. O mesmo acontece em relação a delegacias, postos de saúde e outros equipamentos sociais. Alunos da rede pública de ensino correm o risco de ficar sem transporte escolar, que vem sendo assumido por prefeituras já em dificuldades financeiras. Sem receber o dinheiro dos convênios, os municípios não pagam as empreiteiras, que deixam de pagar os salários de seus funcionários ou demitem, provocando aumento no desemprego e queda no movimento do comércio no interior.

Alega o governo que a situação foi provocada pela crise recessiva que o país vem sofrendo desde a eclosão da moratória russa nos meses finais do ano passado e pela mudança na política cambial em janeiro deste ano, o que teria feito baixar a arrecadação tributária do Estado. Entretanto, é importante que se diga que tal quadro de inadimplência da administração estadual em relação aos seus compromissos é bastante anterior aos fatos alegados; apenas foi agravada pela multiplicação de convênios firmados no ano passado, as vésperas das eleições.

A inadimplência não se circunscreve aos convênios com as prefeituras, mas atinge também os compromissos firmados diretamente pelos órgãos estaduais junto aos prestadores de serviços que contrata, elevando o endividamento real do estado a uma cifra que já se calcula como próxima de R\$2 bilhões impagável se não forem adotadas drásticas medidas para financiá-la, quer mediante ações que assegurem radical aumento da arrecadação de tributos, quer por meio de gigantescas operações financeiras, além, é claro, da redução das despesas com o

funcionalismo, principalmente o inativo, como, aliás, a bem da verdade, já se vem tentando.

Há que se considerar, ainda, o fato de o estado não vir cumprindo as contrapartidas a que se obrigou quando tomou financiamentos externos para a realização de programas especiais. Os organismos internacionais, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, só lideram fundos na mesma medida em que o governo comprova a aplicação de recursos próprios nos mesmos programas. Por isso, estão praticamente paralisados importantes programas de interesse social ou de fomento ao desenvolvimento, como, por exemplo, o Projeto "Paraná 12 Meses", de apoio ao pequeno produtor rural e que deveria, em cinco anos, destinar ao setor cerca de R\$420 milhões.

A conjuntura das finanças estaduais revela, pois, um quadro absolutamente preocupante. A administração pública aproxima-se de uma situação de quase total incapacidade de intervir no processo de desenvolvimento paranaense: além da insuficiência de caixa para a conclusão de obras já iniciadas e da impossibilidade de abrir novas frentes, sequer conta com agências de fomento capitalizadas e capazes de firmar parcerias com a iniciativa privada e financiar projetos estratégicos, como outrora fez com sucesso o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP).

Como consolo, apenas a constatação de o Paraná não representar um caso isolado dentre os estados brasileiros e talvez nem o que apresente a pior situação. E como vantagem o fato de ser uma das poucas unidades da Federação que, pela riqueza do seu solo, pela sua invejável infra-estrutura e por sua privilegiada situação geográfica, apresenta as melhores condições de recuperação.